

## **ERRADICAR O ANALFABETISMO URBANÍSTICO**

Texto para a revista da FASE

Profa. Erminia Maricato<sup>1</sup>

Março de 2002

A desigualdade urbanística é evidenciada pela segregação territorial. Estamos nos referindo aqui à apropriação social diferenciada da cidade, seus edifícios com diversos usos, clubes, equipamentos de lazer e cultura, ruas, calçadas, mobiliário urbano, etc. É incorreto embora seja frequente separar aspectos sociais, econômicos jurídicos e culturais dos aspectos urbanísticos e ambientais. A desigualdade social e econômica (renda, escolaridade, desemprego, violência) tem maior reconhecimento, na sociedade brasileira do início do século XXI, do que a desigualdade urbanística (condições de moradia, saneamento, transporte, por exemplo). Mesmo a agressão ambiental apenas muito recentemente e de modo ainda incipiente passa a ser relacionada com a pobreza urbana. Por ocasião da reunião preparatória Rio +10 e também por ocasião do Fórum Social Mundial II (ambos no início de 2002 e ambos em Porto Alegre) encontros sobre meio ambiente e saneamento incorporaram o tema da pobreza urbana. Mas a consciência da inter-relação entre eles ainda é muito restrita embora a falta de alternativas de moradia via mercado privado ou via promoção pública seja a maior causa da agressão aos mananciais de água que se localizam nos arredores de grandes e medias cidades. O mesmo acontece com mangues, várzeas, encostas íngremes, beira de rios e córregos, etc. A dimensão do comprometimento ambiental decorrente da pobreza urbana é gigantesca e ela é em grande parte invisível. Isso se dá porque o país está acostumado a olhar para sua realidade por meio do filtro das idéias externas, ou seja um país que vive uma “história virtual” como nomeou Florestan Fernandes referindo-se à dependência intelectual e ao mimetismo cultural.

Mas a falta de reconhecimento da dimensão espacial, territorial ou ecológica da desigualdade vai muito além desse detalhe que é a relação entre pobreza e meio ambiente. Apesar do país Ter em 2002 82% da população nas cidades e 30% apenas em 9 metrópoles a falta de política metropolitana, urbana e habitacional não constitui motivo para indignação de muitos. O fato das cidades de porte médio começarem a apresentar favelas ou ambientes pobres e segregados é reconhecido como problema não decorrente da existência desses “guetos” em si mas principalmente devido à luta que parte do Estado brasileiro trava (quando o faz, quando não desiste) com a criminalidade que avança celeremente sobre o território “liberando” áreas do contrato social que regula nossa sociedade para implantar regras específicas de convivência. A cidade ilegal que começa a superar em números a cidade legal, em várias capitais, é muito desconhecida. Melhor seria dizer que ela é oculta.

Ficará bastante decepcionado quem buscar mapas e tabelas com informações fidedignas e rigorosas sobre o uso do solo e habitação nos cadastros municipais, nos bancos

---

<sup>1</sup> Profa. Titular da USP, secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989 - 1992) e Secretária Executiva do MCidades (2003 - 2005). Participou da criação do MCidades (2003) e coordenou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (até 2005).

de dados, nas bibliotecas, nos cartórios de registro de imóveis, com raras exceções. Não temos dados rigorosos sobre o ambiente urbano. Somos **analfabetos urbanísticos**.

Como interpretar a invisibilidade do universo urbano? Como interpretar a cegueira diante de algo que é tão visível e tão concreto? Quais são as causas que fomentam tantas teorias urbanas, propostas, planos e leis que não se aplicam? E a ausência de dados minimamente confiáveis sobre o universo urbano inclusive no ensino superior? Como interpretar essa ignorância da universidade, do Estado (em especial do judiciário) e da mídia?

Não há respostas simples a essas perguntas. Não se trata também de um processo superficial de simples falta de informação mas sim algo que se relaciona à própria formação da sociedade brasileira. A permanência teimosa da questão da terra (rural, durante cinco séculos e urbana durante um século) sem resolução fornece um manancial abundante de explicações. A demora e a forma como foi “resolvida” a questão da mão de obra escrava fornece outro. Refletindo sobre essa história percebemos que a invisibilidade se aplica a uma parte da sociedade, especialmente os negros. As principais mudanças ocorridas no país nunca romperam com heranças arcaicas como a relação de poder baseada no mando que decorre do patrimônio.

A evolução das favelas no Brasil pode ajudar a elucidar alguns aspectos da questão. Ela acompanhou o processo de urbanização da sociedade, que se deu, praticamente, no século XX. Ela é determinada pelo modo como se deu a industrialização e a reprodução dos trabalhadores, a partir da emergência do trabalho livre. Na sociedade escravocrata, a moradia do trabalhador era provida pelo patrão, bem como os demais itens de sua subsistência. Os trabalhadores brancos livres, gozavam de uma condição ambígua, num modo de produção marcado pelo trabalho compulsório e visto como coisa degradante. A política do favor marcou o modo de vida desse trabalhador branco, que vivia à sombra dos chamados coronéis, latifundiários.

A emergência do trabalho livre dá origem ao problema da habitação. O patrão está livre dessa incumbência. A partir da abolição, cabe ao trabalhador providenciar e pagar por sua moradia. Essa mudança não implicaria em generalização do assalariamento e formação do mercado urbano de moradias, como ocorreu nos países capitalistas centrais, não sem muitos conflitos.

Em países periféricos ou semi-periféricos e dependentes, como o Brasil, onde a industrialização se deu com salários deprimidos e grande parte dos trabalhadores não se integrou ao mercado de trabalho formal, a moradia também não é obtida regularmente via mercado imobiliário. Frequentemente, mesmo o trabalhador empregado na indústria fordista, não tem poder aquisitivo para comprar sua moradia no mercado legal privado. São por demais conhecidos os expedientes de ocupação de terra e auto-construção da moradia, aos quais apelou a maior parte da população, durante o processo de urbanização da sociedade brasileira, com graves conseqüências sociais e ambientais como já foi mencionado.

No começo do século, as favelas eram presenças mais constantes em cidades que tiveram importância no período da escravidão. Com o progressivo processo de industrialização/urbanização, as favelas se estendem por todas as grandes cidades brasileiras e, nos anos 1980 a 2000, inclusive nas cidades de porte médio. As cidades se modernizaram paralelamente à reprodução da exclusão. O mercado imobiliário evoluiu de modo excludente. Além do capital, via baixos salários, o Estado também pouco se ocupou

da questão da habitação social, senão em alguns momentos de mobilização da classe operária, mas sempre de modo pouco sustentável e abrangente. A mais importante intervenção do Estado brasileiro com a política de habitação, que institucionalmente combinou o BNH- Banco Nacional de Habitação e SFH – Sistema Nacional de Habitação, no período 1964 a 1986, atendeu mais às camadas de renda média e ao capital imobiliário (promotores, construtores, financiadores) do que à grande maioria da população.

A face mais cruel da construção desse espaço excludente, talvez esteja em sua dissimulação ou ocultamento como já foi destacado. Não há na sociedade brasileira consciência sobre o gigantismo dos territórios de exclusão, que podemos chamar aqui de não cidade ou amontoado de pessoas, sem lei ou regras de convivência e de ocupação do espaço. Não há dados fidedignos (nem do IBGE) sobre o número de brasileiros morando em favelas. E essa desinformação não é casual. Até mesmo o urbanismo oficial e acadêmico participa da dissimulação dessa realidade ao reforçar a cidade cenário ou cidade mercadoria, cheia dos símbolos indutores do consumo e da alienação, que constituem embalagem do processo de formação das rendas de localização.

O aprofundamento da exclusão social com o desemprego, nos anos 90, tem um reflexo na consolidação e extensão dos territórios marcados pela ilegalidade urbanística. Eles começam a se mostrar para uma sociedade que insiste em desconhecê-los. Esse reconhecimento se dá através dos dramáticos índices de violência que podem ser medidos por meio do número de mortes por homicídio, que de tão alta a taxa começa a pesar sobre a vida média do homem brasileiro.

#### ERRADICAR O ANALFABETISMO URBANÍSTICO

Muitas são as propostas que estão surgindo no contexto das gestões municipais democráticas. As políticas que mais avançam no campo popular e democrático constituem ou medidas amenizadoras (bolsa escola, renda mínima) da pobreza que recrudescer nos anos 80 e 90 ou então aquelas que avançam na construção da democracia (o bem sucedido orçamento participativo) mas que dificilmente incorporam a questão do direito à cidade ou da função social da propriedade.

Cabe saudar essas conquistas, evidentemente, mas cabe também destacar alguns aspectos vistos de uma perspectiva mais abrangente.

As políticas compensatórias jamais serão bem sucedidas frente à multiplicação do desemprego. Elas injetam com conta gotas o que a política econômica, de orientação néo liberal, extrai com baldes. Os municípios que assumiram encargos relacionados a ampliar a renda e o emprego são forçados a reconhecer quão modestos têm sido os resultados ainda que importantes para a sobrevivência de muitos.

O orçamento participativo não vive esse cruel processo de “enxugar o gelo”. Ele é de fato uma das formas mais eficazes de afastar o domínio das mafias, dos lobbies e do clientelismo sobre os recursos públicos. Durante séculos os investimentos públicos alimentaram interesses privados especialmente no que se refere à valorização fundiária e imobiliária. Um bom exemplo que se repetiu em Salvador, Cuiabá, Campo Grande e atualmente se repete em Goiânia está na reorientação do crescimento da cidade liderado pelo novos edifícios destinados a abrigar a administração pública e vias arteriais amplas em regiões pouco ocupadas. Nesses casos, o próprio governo investiu, prioritariamente, na

produção de novas condições e localizações para a especulação imobiliária. Portanto, a mudança não é pequena quando o OP é exercido com democracia e eficácia.

A questão do uso do solo entretanto não é incorporada ao orçamento participativo apesar de representar uma variável econômica fundamental, além de social e ambiental. Ao invés de estender os recursos em infra-estrutura para áreas ocupadas com baixa densidade pode ser mais adequado promover a ocupação de áreas ou imóveis vazios já servidos da infra-estrutura. É preciso direcionar a ocupação do território então apenas acompanhar com investimentos as tendências que são ditadas pela exclusão social e pelas estratégias de obtenção do lucro imobiliário. Apenas um plano urbanístico associado ao orçamento participativo poderá jogar luz sobre essas questões. (É o que está tentando atualmente a cidade de Belém, sem resultados palpáveis já que a experiência é recente)

Para erradicar o analfabetismo urbanístico seja na chamada sociedade civil, seja entre técnicos e administradores é preciso resgatar o tema do estreito círculo dos urbanistas e ampliar o vocabulário para além do hermético “urbanês”. É preciso evidenciar, para as camadas populares, as estratégias das classes sociais na produção e ocupação do espaço, ou seja, nada aí é natural ou fruto do acaso. Junto aos técnicos (especialmente junto aos economistas) e políticos é preciso evidenciar o alto custo que decorre da irracionalidade na ocupação predatória e extensiva do solo urbano.

**Erminia Maricato**

Profª. Titular da USP, ex-secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (governo Erundina) e ex- Secretaria Executiva do MCidades (01/2003 a 06/2005). Participou da criação do MCidades e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Out.2005